



Revista Portuguesa de Estudos

Regionais

E-ISSN: 1645-586X

rper.geral@gmail.com

Associação Portuguesa para o  
Desenvolvimento Regional  
Portugal

Rita Jacinto, Ana; Nogueira Ramos, Pedro  
Movimentos migratórios regionais do interior português: quem saiu e quem entrou?  
Revista Portuguesa de Estudos Regionais, núm. 24, 2010, pp. 71-85  
Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional  
Angra do Heroísmo, Portugal

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=514351894005>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

# MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS REGIONAIS DO INTERIOR PORTUGUÊS: QUEM SAIU E QUEM ENTROU?

Ana Rita Jacinto - Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra - E-mail: ana-jacinto@clix.pt

Pedro Nogueira Ramos - Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra - E-mail: pnramos@fe.uc.pt

## Resumo:

O presente trabalho calcula e analisa a migração líquida, das regiões NUTS III do Interior português, no período intercensitário entre 1991 e 2001, compreendendo uma desagregação por grupo etário e sexo.

Essa estrutura do saldo migratório foi calculada através de uma metodologia indirecta baseada na equação da concordância. No essencial, da variação populacional obtida, no período indicado, para cada grupo estudado retira-se a diferença devida a acontecimentos naturais, ou seja, óbitos e nascimentos, sobrando o saldo migratório, à parte ajustamentos menores.

Os resultados obtidos mostraram que houve migração líquida positiva para o Interior Português, entre 1991 e 2001, devendo-se esta, sobretudo, a entradas de pessoas, homens e mulheres, com mais de 40 anos. Mostraram também um saldo migratório negativo nos grupos mais jovens, em início de vida profissional. De entre as várias razões que podem motivar estes resultados salienta-se a falta de oportunidades para fixar os jovens no Interior, e a procura de um tipo de qualidade de vida, proporcionada por estas regiões, por parte dos mais idosos. A consequência mais evidente desta estrutura do saldo migratório é o agravamento, por este mecanismo, do envelhecimento da população do Interior. Discutem-se neste trabalho riscos e oportunidades proporcionadas por este fenómeno.

**Palavras-chave:** saldo migratório, Interior, estrutura etária, equação da concordância, envelhecimento da população

**Códigos JEL:** J11

## Abstract:

This work aims to estimate and analyse net migration, for age cohorts and sex, in the intercensal period, from 1991 to 2001, for depressed interior regions NUTS III of Portugal. This net migration structure will be estimated using an indirect method based on the intercensal component equation. This method consists on a comparison between population existing on each group, in 1991 and in 2001, according to the Census. The result will be the populational growth from which will be taken the difference due to natural events: deaths and births. The result will be net migration.

The results will show a positive net migration on these regions, during the period 1991 – 2001. This migration happens mostly on age cohorts superior to 40 years old, for both sexes. It will also show a negative net migration in the younger groups, which are beginning their professional career. These are several reasons behind this results, among them can be the lack of opportunities given to young people and also the search for a certain kind of life quality in older people. The main consequence of this type of migration is the reinforce of aging population in these regions. In this work we will discuss risks and opportunities derived from this phenomenon.

**Keywords:** net migration, interior depressed regions, age structure, intercensal component equation, population ageing

**JEL Codes:** J11

## Introdução

As regiões do Interior do país, consideradas zonas deprimidas, sobretudo devido à pouca densidade populacional, sofreram no período compreendido entre os dois últimos censos, 1991 e 2001, uma perda de população. Essa perda e o discurso de desertificação que tem acompanhado a caracterização destas zonas têm tornado opaco o seu verdadeiro comportamento demográfico. Esta opacidade é aumentada pela ausência de dados sobre quem entra e quem sai das regiões em causa. O que aconteceu realmente ao Interior português? Está a população a fugir? E quem são as pessoas que entram e saem? Quais as consequências destes movimentos? Este trabalho pretendeu contribuir para uma resposta a estas questões calculando e analisando o saldo migratório, por grupos etários e por sexo, verificado entre 1991 e 2001, de doze NUTS III, do Interior de Portugal.

As regiões incluídas neste estudo foram: Alto Trás-os-Montes, Douro, Beira Interior Norte, Beira Interior Sul, Dão-Lafões, Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul, Cova da Beira, Serra da Estrela, Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo. A escolha destas regiões obedeceu aos seguintes critérios: foram escolhidas as regiões, do Interior, que fazem fronteira com a Espanha e não têm qualquer fronteira com o mar, e foram também escolhidas regiões que, apesar de não fazerem fronteira com Espanha, a sua localização geográfica e fraca densidade populacional aproxima-as mais das características do Interior do país.

O objectivo do trabalho foi conhecer a estrutura dos movimentos migratórios nas regiões acima referidas. Essa estrutura passou por saber se o saldo migratório em cada grupo etário, e sexo, e em cada região é positivo ou negativo e em que idades se concentraram mais entradas ou mais saídas. Para atingir isso foi utilizada uma metodologia, descrita na secção um, que passa por – à parte alguns ajustamentos menores - comparar a população existente em 1991 e em 2001, para cada grupo, e retirar a essa diferença as alterações provocadas por acontecimentos naturais: óbitos e nascimentos. Esta secção refere também os métodos existentes na literatura, nos quais se baseiam os procedimentos utilizados.

Os resultados obtidos, apresentados na secção dois, mostrarão, curiosamente, um saldo migratório positivo para o conjunto das regiões do Interior, entre 1991 e 2001, mas uma concentração das entradas nos grupos etários acima dos 40 anos, enquanto as saídas se concentram em grupos etários mais jovens. As possíveis causas para esta estrutura serão discutidas nesta secção, bem como as várias implicações para as regiões do Interior de Portugal. Finalmente, são apresentadas as conclusões, assim como algumas pistas de desenvolvimento futuro desta linha de investigação.

## 1. Metodologia

### 1.1 Dados utilizados

A análise da estrutura do saldo migratório de uma região encontra sérios obstáculos no que diz respeito à obtenção de dados. Isto deve-se, essencialmente, a duas razões: não há registos oficiais e sistemáticos das entradas e saídas de cada região, uma vez que não há mecanismos preparados para isso (Nazareth, 2007); e, não havendo esses registos, obviamente, não há registo das características, nomeadamente sexo e idade dos migrantes. As estatísticas oficiais existentes, por regra, dizem respeito apenas às migrações internacionais, para o conjunto do país. Mas mesmo neste caso, alguns fluxos, como o retorno dos emigrantes nacionais, não são contabilizados oficialmente. Não havendo fronteiras físicas e burocráticas que separam as regiões do país, e na ausência de registos completos de mudança de residência, a obtenção da estrutura do saldo migratório só é possível através de métodos indirectos.

Sendo o objectivo deste trabalho perceber qual o saldo migratório para cada grupo etário e para cada sexo, para as regiões NUTS III, do Interior português, no período decorrido entre 1991 e 2001, os dados utilizados foram os seguintes: população residente por sexo e grupo etário, por NUTS III, constantes no XIII Recenseamento Geral da População de 1991 e constantes no XIV Recenseamento Geral da População de 2001; estatísticas do INE referentes aos óbitos de cada ano do período referido por sexo e idade do óbito, para as NUTS III, e os nados vivos por sexo de cada ano do mesmo período. As NUTS III obedecem às novas delimitações do INE, estabelecidas em 2002.

## 1.2. Métodos de cálculo indirecto do saldo migratório regional existentes na literatura

Há essencialmente dois tipos de métodos mais utilizados pelos autores que pretendem calcular o saldo migratório por grupos etários e por sexo: o método forward e o método reverse. O método forward, ao qual Edmonston e Michalowski (2004) chamam *intercensal cohort component method* e Nazareth (1979) apelidou de “método da população esperada”, tem por base a seguinte ideia: fazer sobreviver a população existente num primeiro momento censitário até ao momento censitário seguinte e depois compará-la com a população que de facto existe nesse segundo momento. Ou seja, dada uma determinada população de um grupo em 1991, por exemplo, espera-se que haja em 2001 essa mesma população menos os que terão morrido durante esse tempo. Essa população que se espera encontrar, caso estivesse apenas sujeita ao fenómeno da mortalidade, será comparada com a população que, de facto, se recenseou. A diferença obtida será explicada pelos movimentos migratórios (Nazareth, 2007). O método reverse é o método inverso, partindo do momento censitário mais recente, e aplica à população desse último momento o fenómeno da mortalidade nos dez anos anteriores, obtendo a população que deveria ter existido no primeiro momento. Este segundo método é normalmente usado como um ajustamento ao método forward<sup>1</sup>, sendo a média dos dois métodos um resultado mais aproximado da migração líquida (Mendes, 2007).

Estes métodos partem de um método base que é, habitualmente, aplicado ao cálculo da migração líquida no seu todo: o método da equação da concordância, ou *intercensal method for the total population* (Edmonston e Michalowski, 2004: 471). Segundo a equação da concordância o crescimento populacional entre dois momentos 0 e 1, é dado por dois saldos desse período: o saldo migratório, que é a diferença entre imigrantes e emigrantes e o saldo natural que é a diferença entre os nascimentos e os óbitos. É possível obter o saldo migratório ( $I - E$ ) no período definido entre 0 e 1 a partir de um rearranjo da equação: conhecendo o crescimento populacional e o saldo natural.

Esta equação pode ser utilizada para obter a estrutura do saldo migratório segundo o grupo etário e segundo o sexo, partindo do mesmo raciocínio. Suponha-se que se pretende apurar o saldo migratório do grupo etário  $i$ , em 2001 (por exemplo que este grupo se refere aos indivíduos que têm então uma idade dos 20 aos 24 anos, do sexo masculino, representado por  $P_{i,01}$ ), durante o período que medeia entre dois censos da população: 1991 e 2001. Conhecendo a população de homens com menos dez anos em 1991, ou seja o grupo dos 10 aos 14 anos ( $P_{i-10,91}$ ) e a população de homens com mais dez anos em 2001, e conhecendo os óbitos relativos a este grupo durante o período designado ( $O_i$ ) é calculado o saldo migratório da seguinte forma:

$$(I_i - E_i) = (P_{i,01} - P_{i-10,91}) + O_i \quad (1)$$

No caso dos grupos com menos de dez anos, em 2001, estas pessoas ainda não existiam no primeiro momento censitário por isso não se pode comparar os dois para obter o crescimento populacional. As pessoas destes grupos que se espera existir em 2001 são todas as pessoas que nasceram entre 1991 e 2001, exceptuando os que nasceram e morreram neste período. Assim, para apurar a migração líquida nestes grupos, à população de 2001,  $P_{i,01}$ , são subtraídos os nados vivos. São então somados os óbitos desses grupos. O resíduo refere-se a migrantes.

## 1.3. Método de cálculo utilizado

Antes da explicação da metodologia utilizada é necessário estabelecer algumas convenções. A estrutura do saldo migratório foi calculada por grupos etários e por sexo. Os grupos etários são de cinco anos, sendo o grupo mais jovem entre os 0 e os 4 anos, o segundo grupo entre os 5 e os 9 anos, e assim sucessivamente. O intervalo de idades do grupo refere-se a 2001: o grupo etário 15-19 é o conjunto de indivíduos que tinham esta idade em 2001 (representado por  $P_{15-19,01}$ ), logo teriam 5-9 em 1991, dez anos antes (representado por  $P_{05-09,91}$ ).

<sup>1</sup> Este ajustamento, contudo, só se justifica na nossa opinião quando são usadas taxas de sobrevivência probabilísticas, no lugar do número efectivo de óbitos, como acontece neste trabalho.

Relativamente ao período em análise, entre os dois últimos censos da população, há uma questão a assinalar: o período real não compreende dez anos exactos porque os momentos censitários foram definidos para datas diferentes. Na nossa abordagem assumir-se-á o período de dez anos exactos, simplificando a metodologia, mas com um ligeiro ajustamento para aproximar ao período real: as nossas contas foram feitas como se o período intercensitário fosse de 31 de Março, às 00 horas de 1991 até 31 de Março, às 00 horas, de 2001.

O nosso cálculo partiu então da equação de concordância já referida. No caso dos grupos nascidos antes de 1991 a migração líquida é dada pela diferença entre o crescimento populacional e todos os óbitos desse grupo durante o período dos dez anos. Vista a diferença que há entre a população de 1991 e a de 2001 verifica-se que parte dessa diferença é explicada pelos óbitos, sendo a que sobra explicada por movimentos migratórios. Para apurar que movimentos pertencem à mortalidade apuramos o total da soma dos óbitos dos dez anos, que dizem respeito às idades e sexo em análise.

Houve, no entanto, uma correção a fazer. As migrações não aconteceram todas no último momento do período, em 2001. As migrações estão distribuídas ao longo dos dez anos. Logo, há probabilidade de alguns óbitos contabilizados como sendo da população existente em 1991 se referirem a migrantes que chegaram à região depois desta data. Os óbitos que se referem a migrantes não devem ser retirados à população de 1991, para efeitos de cálculo do saldo migratório final, porque não se referem a residentes desse local. Assim, procedeu-se a uma correção ao nível do cálculo dos óbitos de forma a contemplar essa possibilidade de haver mortalidade dos migrantes.

Para proceder à estimativa da mortalidade dos migrantes procedeu-se do seguinte modo: por um lado, esta mortalidade será, provavelmente, apenas uma pequena parte da total da região, uma vez que esta, em princípio, tem uma população residente muito superior aos migrantes, logo apenas uma pequena

parte dos óbitos registados se deverá referir a estes. Essa pequena parte terá uma taxa de mortalidade semelhante à normal para cada grupo etário. Por outro lado, do total dos migrantes verificados em dez anos sabe-se que em 2001 já todos haviam migrado e em 1991 apenas uma pequena parte. Em 1992 já teriam migrado os de 1992 e de 1991; e assim sucessivamente até 2001. Logo, em 1991 há uma pequena probabilidade de morrerem migrantes. Em 1992 a probabilidade já é maior. Esta probabilidade vai acumulando de forma igual, ficando maior a cada ano até ao final, altura em que é possível morrer uma parte do total de migrantes do período. Assim foi incluído um ajustamento com o objectivo de retirar do total de óbitos, em cada ano, a pequena parte que corresponderá à possível mortalidade dos migrantes.

Para os grupos nascidos após 1991 há uma ligeira diferença. No caso do grupo 0-4 anos, um grupo de pessoas nascidas já depois do primeiro momento censitário, em vez da população desse grupo etário existente em 1991, para comparar com a de 2001, são usados os nados-vivos desde o ano de 1996 até 2001. Os que nasceram neste tempo deverão ter entre 0-4 anos em 2001<sup>2</sup>. Logo, é a população que se esperaria ter no segundo momento censitário. É essa que se compara com a população existente neste grupo. Desta diferença são apurados quais os óbitos com esta idade relativos ao período decorrido de 1996 a 2001. O grupo 5-9 corresponde aos nados-vivos de 1991 a 1996. Novamente, do crescimento populacional verifica-se que parte foi provocado por óbitos relativos a este grupo desde 1991 até 2001.

Também nestes grupos mais jovens se colocou a questão da correção resultante da mortalidade dos migrantes. Porém, neste caso os indivíduos vão nascendo ao longo do período logo não têm todos sempre a mesma probabilidade de migrar. Os que nasceram em 1999 não têm probabilidade de migrar em 1998. Assim, um quarto dos que nasceram em 2001 – isto é, os que nasceram entre Janeiro e Março, podem migrar nesse ano, até ao momento censitário, os que nasceram em 2000, poderão ter migrado em 2000 ou num quarto do ano de 2001,

<sup>2</sup> Ao nascer em 1996 a criança deverá fazer 5 anos em 2001, o que pode levar à ideia de que estes nados-vivos não deveriam estar incluídos neste grupo. No entanto tendo os censos sido feitos em Março, a maior parte das crianças nascidas em 1996 tinha ainda 4 anos e assim estavam incluídas nesse grupo. As únicas que terão já 5 anos são as nascidas em Janeiro, Fevereiro ou Março. Os cálculos foram feitos em proporções directas ao tempo considerado.

os que nasceram em 1999 poderão ter migrado em 1999, em 2000 ou num quarto do ano de 2001, e assim sucessivamente recuando até 1996 no caso do grupo dos 0-4 anos. No grupo dos 5-9 o raciocínio é o mesmo, no entanto o período é maior porque a probabilidade haver migrantes deste grupo, logo óbitos de migrantes, estende-se pelos dez anos.

## 2. A estrutura do saldo migratório por sexo e grupos etários: resultados, análise e discussão

Afinal o que aconteceu ao Interior do país entre 1991 e 2001? A presente secção visa analisar os dados obtidos, através da metodologia apresentada, de forma a responder a esta pergunta. Este objectivo divide-se em três partes: analisar o saldo migratório global para cada uma das NUTS III do Interior entre 1991 e 2001; analisar o saldo migratório, por sexo e por grupos etários, para cada uma das regiões; e discutir as implicações que estes resultados têm para o Interior do país.

Os valores da migração líquida obtidos permitiram calcular o saldo migratório do Interior no seu todo e verificar que este foi positivo entre 1991 e 2001. Há pessoas a ir viver para o Interior português. Este resultado contraria a ideia geral de que os movimentos

migratórios são apenas do Interior para o Litoral e de que uma franja significativa da população foge das zonas consideradas deprimidas.

Um saldo positivo significa que há mais pessoas a ir para as regiões do Interior que a sair. Quem são estas pessoas: homens ou mulheres? Que idade têm? E quais as implicações para as regiões?

### 2.1. Análise do saldo migratório global

O Quadro 1 apresenta uma visão global do comportamento demográfico das regiões: tem a população existente em 1991 e em 2001, segundo os respectivos censos, para cada uma das NUTS III. Mostra ainda o saldo migratório deste período intercensitário em números absolutos, ou seja, a diferença entre o número de pessoas que saiu e o número de pessoas que entrou na região, e a percentagem que essa migração líquida representa em relação à população total de 1991. Sendo estas as regiões que habitualmente designamos por Interior foi calculado o total, quer da população existente nos dois momentos censitários, quer da migração líquida.

**QUADRO 1**  
Saldo migratório global para as regiões NUTS III do Interior

Região	População em 1991	População em 2001	Saldo Migratório	% da população*
Alto Trás-os-Montes	235241	223333	-2545	-1,08
Douro	238695	221853	-13233	-5,54
Beira Int. Norte	127902	115325	1717	1,34
Beira Int. Sul	81015	78123	2959	3,65
Dão-Lafões	282462	286313	7094	2,51
Pinhal Interior Norte	139413	138535	6660	4,78
Pinhal Interior Sul	50801	44803	-1232	-2,43
Cova da Beira	94371	93579	3830	4,06
Serra da Estrela	54042	49895	-1235	-2,28
Alto Alentejo	128687	127026	1382	1,07
Alentejo Central	173216	173646	5292	3,05
Baixo Alentejo	143020	135105	1357	0,95
<b>Total</b>	<b>1748865</b>	<b>1687536</b>	<b>12046</b>	<b>0,69</b>

\*em relação à população de 1991

**Fonte:** Censos 1991 e 2001, INE e elaboração própria

A conclusão mais evidente e relevante desta análise ao saldo migratório global é que, para o total do Interior, há migração líquida positiva, correspondente a 0,69 % da população de 1991. De todas as regiões, apenas Dão-Lafões e Alentejo Central tiveram um aumento populacional nos dez anos do período, sendo que, no Alentejo Central, este aumento foi bastante tímido. Estas foram as excepções a um crescimento populacional negativo. Esta perda, no entanto, dever-se-á sobretudo ao saldo natural, e não ao saldo migratório. O saldo natural resulta da diferença entre os nascimentos e os óbitos. O facto de ser negativo decorre, principalmente, do envelhecimento da população. Quanto mais envelhecida está a população menos possibilidade há de haver nascimentos e maior é a probabilidade de haver mais pessoas a morrer em cada momento. Assim a taxa de mortalidade e a de natalidade aproximam-se até a taxa de mortalidade ser maior do que a de natalidade. Nestas regiões já há mais pessoas a morrer do que a nascer.

Analizando a migração líquida por regiões NUTS III, verifica-se que nem todas têm um saldo migratório positivo. As regiões de Alto Trás-os-Montes, Douro, Pinhal Interior Sul e Serra da Estrela têm um saldo migratório global negativo, com especial destaque para o Douro. Esta região, segundo os dados obtidos nos Censos, perdeu o equivalente a quase 6% da população de 1991, no que diz respeito às migrações. Segundo Pereira (2002) o Douro foi a terceira NUT III com maior recuo demográfico na década de 90, sendo o factor migração a principal justificação para esta perda de população. Note-se, contudo, que Casimiro (2001) lembra que há suspeitas da existência de um erro que pode ir até 5% nos censos de 1991. Possíveis erros nos censos, de sobrecontagem ou subcontagem reflectem-se nestes resultados e podem justificar situações anómalas. A situação do Douro poderá dever-se a esses erros, uma vez que esta região parece seguir um padrão muito diferente ao observado noutras regiões.

Das regiões que tiveram migração líquida positiva, destacam-se o Pinhal Interior Norte e a Cova da Beira, seguidas da Beira Interior Sul e do Alentejo Central. Todas estas regiões tiveram uma migração líquida acima de 3% da população existente em 1991.

## **2.2. Estrutura do saldo migratório por grupos etários e sexo**

Para perceber o que aconteceu ao Interior português, em termos de população, é importante olhar para os movimentos migratórios e saber quem são as pessoas que escolhem entrar ou sair destas regiões. São essencialmente homens ou mulheres que migram para lá ou saem de lá? Que idade têm as pessoas que saem e as pessoas que escolhem ir para o que é normalmente considerado uma “zona deprimida”? As características que atraem, ou repelem, os diferentes grupos são diversas. Não sendo possível obter a razão porque cada pessoa migrou, pode-se debater a existência ou ausência de determinadas características na região, através da análise da estrutura do saldo migratório. Além da estrutura do saldo, e possíveis razões para esta, este estudo é importante também pelas consequências que daqui se pode adivinhar para as regiões.

O Quadro 2 apresenta o saldo migratório no período de 30 de Março de 1991 a 30 de Março de 2001, para as NUTS III do Interior, para cada grupo etário, por sexo. Estes são os resultados por nós obtidos através da metodologia já explicada anteriormente.

Também no Quadro 2 a primeira evidência é que a migração para o Interior existe, e reparte-se por vários grupos etários. A segunda evidência reside na diferença de migração entre o sexo masculino e o sexo feminino: esta é residual, como aliás se pode verificar no gráfico 1. Há algumas excepções mas são pouco significativas. Pode-se afirmar que nesta década e, provavelmente, até à actualidade os movimentos migratórios atingem os dois sexos de forma bastante semelhante.

## QUADRO 2

Saldo migratório por sexo e grupos etários para as NUTS III do Interior no período 1991 - 2001

Região	0_4		5_9		10_14		15_19		20_24		25_29		30_34	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Alto Trás-os-Montes	-336,6	-218,7	-258,9	-111,1	340,7	473,9	72,8	38,4	-2404	-2157	-3738,5	-3306,6	-2413,5	-1200,2
Douro	-335,5	-259,9	-448,3	-309,4	-52,9	-91,6	-245	-377,2	-1959,7	-2225,8	-3542,6	-3400,6	-2991,9	-1730
Beira Int. Norte	-68,6	-49	-8,5	-5,5	260,2	232	306,4	131,4	-295,6	-466,1	-936,9	-847,6	-549,3	-345,4
Beira Int. Sul	-113,9	-59,9	-33,4	-8,8	185,4	174	131,1	215,5	-91,1	-62,6	-320,5	-337,4	-122,2	-109,3
Dão-Lafões	-343,6	-128,6	-155,4	12,9	568,9	599,2	317,4	524	-1337,3	-1128,3	-2548	-1987,1	-1387,4	-336,2
Pinhal Int. Norte	54,1	59,9	82,9	167,2	347,8	236,5	228,9	153,7	-434,8	-293,2	-566,7	-439,6	-51,4	70,8
Pinhal Int. Sul	15,5	8,5	15,5	57,2	-2,2	27,2	42,4	-33,7	-191,4	-329,6	-509,7	-497,7	-475,1	-232,3
Cova da Beira	10,3	40,9	-47,4	-41,4	246	153,6	51,4	187,9	-109,3	-50,9	-388,2	-393,6	-309,3	-127,3
Serra da Estrela	-23,6	17,7	-19,9	25,9	12	3,5	-45,9	-4	-435	-377,8	-655,9	-635,1	-410,9	-235,2
Alto Alentejo	-60,5	-42,1	-4,5	67,7	72,3	105,1	-26,4	83,3	-158,7	-363,4	-607,3	-683	-438,4	-307,8
Alentejo Central	-36,7	43,6	49,9	58,6	243,9	238,5	357,9	260,4	62,4	59,9	-368,1	-568	85,2	102,7
Baixo Alentejo	-85,3	-70,6	-111,6	-120,3	115,8	76,6	-27,2	-25,5	-356,4	-515,8	-585,5	-877,5	-346,7	-411

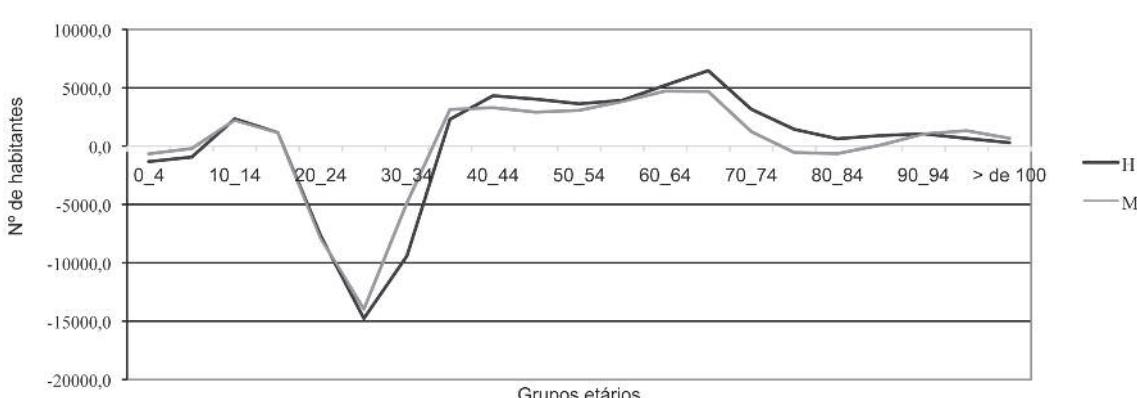
Região	35_39		40_44		45_49		50_54		55_59		60_64		65_69	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Alto Trás-os-Montes	142,5	681	832,2	676,2	854,9	664,7	796,7	660,4	691,4	680,3	951,6	879,4	985	653,1
Douro	-342,2	-27,6	285,5	218,6	308	147	369,9	243,5	399,6	449,7	584,5	346,6	656,7	433,9
Beira Int. Norte	286,8	238,1	387,2	317,9	328,4	189,9	212,2	230,5	227,2	263,7	451	410,1	453,8	473,9
Beira Int. Sul	288,4	188,6	162,2	145,1	212,5	118,7	183,6	123,9	162,5	207,7	365,1	387,3	461,1	297,4
Dão-Lafões	802,6	944,9	1308,7	1052,3	936,6	766,8	718,1	602,8	788,2	700,4	852,5	728,9	1107,1	737,9
Pinhal Int. Norte	404	446,7	401,7	284,2	335,8	307,9	312,7	272,3	404,8	474,7	539,8	429,1	665,5	480,3
Pinhal Int. Sul	-128,9	-47,1	-4,7	14,9	31,8	26,6	108,1	47	107,3	111,7	157,4	154,8	191,6	193,6
Cova da Beira	255,3	203,6	277,8	146,4	307,4	230,2	273,7	234,3	269	237,8	305,2	269,5	355,5	262,3
Serra da Estrela	-64,9	-30,3	14,5	41,2	105,1	60,8	65,5	81,4	154,5	104,1	155,4	163	132	113,3
Alto Alentejo	74,5	97,8	73,9	34,1	98,8	56,1	100	125	225,4	225,8	287,3	242,8	528,8	445,2
Alentejo Central	449,9	365,1	369,2	246,4	293,7	253,8	236,3	245	248,5	188,3	210,8	341,5	465,9	253,3
Baixo Alentejo	136,1	82,3	211,5	120,2	212,6	92,9	256,1	202,4	246,2	182,9	356,9	363,8	471,5	337,4

Região	70_74		75_79		80_84		85_89		90_94		95_100		> de 100	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Alto Trás-os-Montes	588,3	226,3	238,4	86	147,3	121,3	205,8	141,9	173,8	206,4	103	170,4	26,8	83,1
Douro	157,9	-49,9	104,1	-223,9	86,3	-228,9	126,9	68,6	127,4	180,4	59,2	168,3	18,3	60,5
Beira Int. Norte	285,7	126,6	36,1	-59,3	-78,3	-108,8	-109,8	-116,8	-33,2	-112,5	-5,5	38	20,9	5
Beira Int. Sul	165,5	4,9	56	-101,1	0,6	-105,7	13,9	-106,7	44,5	3,4	42,5	107,9	34,9	44,9
Dão-Lafões	424,7	168,7	197	-16,3	155	41,6	255,5	214,1	239,3	249,2	90,2	218,4	36,3	98,8
Pinhal Int. Norte	334,4	188,1	118,9	11	11,6	-128,2	67,7	50,4	125,2	124,3	79,7	160,9	41,6	101,2
Pinhal Int. Sul	69,6	-50,7	16,9	-67,1	-37,9	-76,2	17,7	-90,9	-4,1	7,3	17,6	36,2	24,2	46,5
Cova da Beira	148,8	113,6	117,9	45	77,3	-5	88,2	76	54,7	81	58,5	81,4	13,2	28,2
Serra da Estrela	117,2	65,7	20	-26,9	6,1	-29	38,3	39,9	42,7	63,3	22,8	60,5	13,7	19,6
Alto Alentejo	349,6	188,1	210,4	-5,3	104,2	-87,7	112,7	-42,3	45,5	23,3	29,8	106,8	27,9	67,5
Alentejo Central	180,8	140,3	155,1	-168,8	26	-71,5	-28,1	-166,2	93	130,6	74,3	83	23,8	62,3
Baixo Alentejo	339,3	126,4	169,9	-19,5	137,4	38,5	118,8	19,5	146,7	90	91,3	91,8	16,5	57,1

Fonte: elaboração própria

## GRÁFICO 1

Saldo migratório por sexo e idade para o conjunto das regiões do Interior



Analisando o conjunto das regiões situadas no Interior português, verifica-se que as oscilações de entradas e saídas segundo os grupos etários são bastante semelhantes, com as devidas diferenças de número de habitantes, entre as várias regiões. O gráfico 2. representa as várias regiões e respectivos resultados do saldo migratório.

Passamos agora a análise detalhada dos vários grupos etários. Os gráficos seguintes mostram a média das regiões do saldo migratório para cada grupo etário.

Assim, nos grupos etários correspondentes ao início de vida profissional, nomeadamente, os grupos entre os 20 e os 34 anos há saída de pessoas em quase todas as regiões. A excepção é o Alentejo Central onde a migração líquida é negativa apenas no grupo etário dos 25 aos 29 anos, que é, de resto, o grupo etário em que é atingido o pico das migrações para fora do Interior, em todos os casos. As pessoas inseridas neste grupo tinham entre 15 a 19 anos em 1991, pelo que a maioria entra no mercado de trabalho nos dez anos seguintes, correspondentes ao período analisado. Peixoto (1998) verificou existir, para as migrações internas em Portugal entre 1985 e 1991

uma relação entre as estratégias de migração dos indivíduos e as oportunidades de mobilidade social, sendo que o início de actividade correspondia a uma deslocação na generalidade para o litoral do país. Estas deslocações, que poderão estar representadas também neste saldo negativo, poderão dever-se à existência de mais oportunidades de trabalho e de consumo nas regiões do Litoral (Peixoto, 1998).

Nos grupos etários seguintes o saldo migratório começa a ser positivo. De entre as pessoas que tinham entre 35 a 39 anos em 2001 há mais entradas do que saídas em maior parte das NUTS III do Interior.

As excepções são o Douro, a Serra da Estrela e o Pinhal Interior Sul, que, com Alto Trás-os-Montes são as regiões que têm, globalmente, mais saídas. No entanto, mesmo nestas regiões o saldo migratório, ainda que negativo, é menos expressivo do que nos grupos etários mais jovens. Nos grupos etários acima dos 40 anos esta tendência positiva da migração líquida torna-se comum a todas as regiões. Até ao grupo etário dos 65 aos 69 anos o saldo migratório é sempre positivo. O pico de entradas nestas regiões do Interior dá-se sobretudo neste grupo etário dos 65 aos 69 anos, correspondentes ao grupo 55 – 59 anos

**GRÁFICO 2**  
Saldo migratório por grupo etário e região

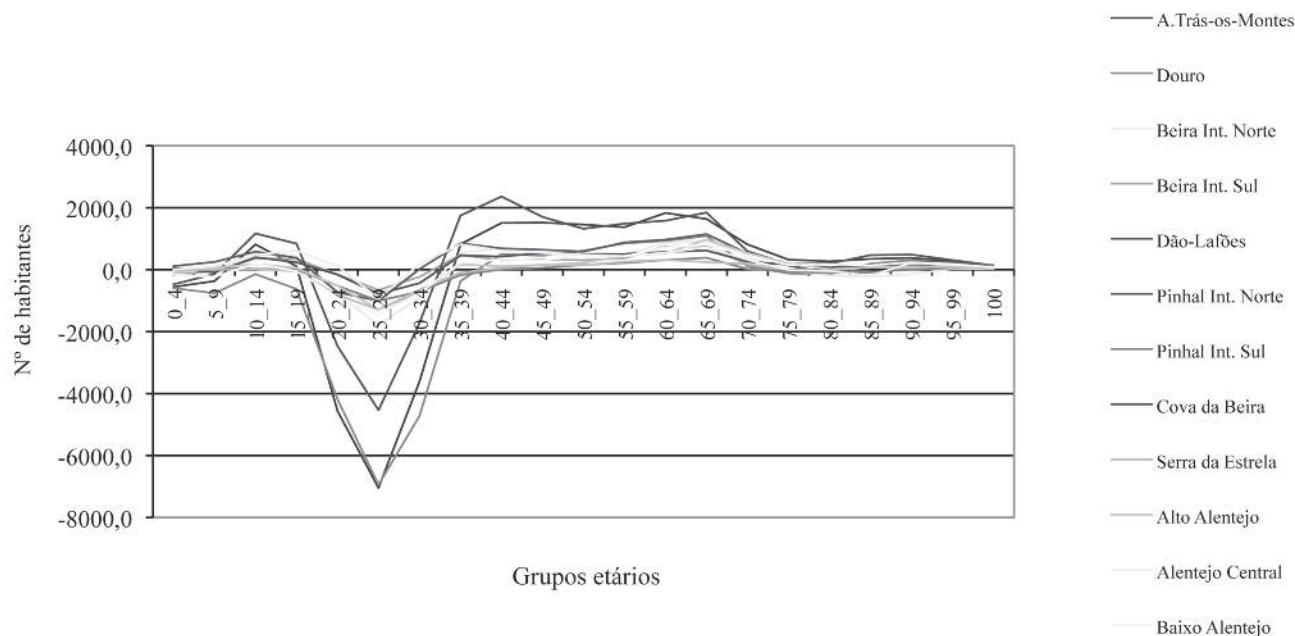
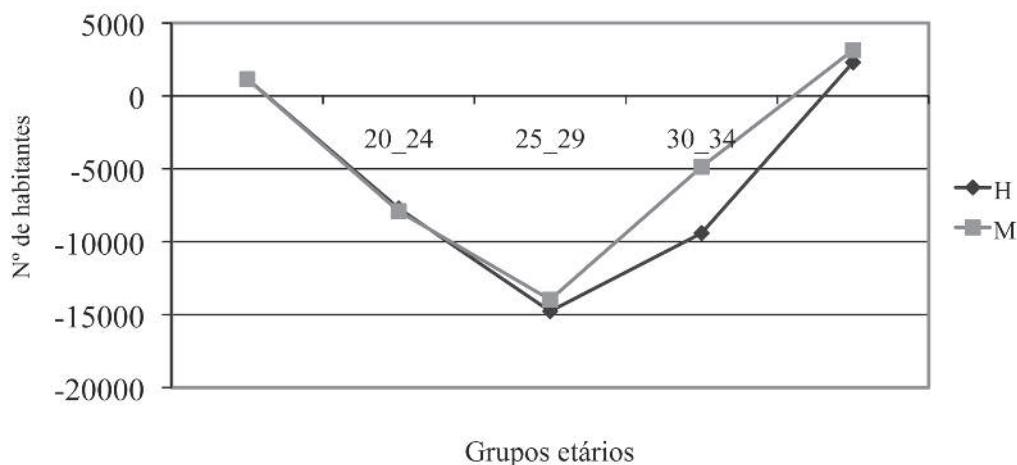


GRÁFICO 3

Saldo migratório por sexo e idade para o Interior dos grupos etários 20\_34



em 1991. São, sobretudo, pessoas destas idades que migram para o Interior. Tratando-se de um saldo, note-se que para este saldo positivo contribuirá também haver menos saída de pessoas das regiões do Interior em final de carreira profissional (Peixoto, 1998). É a entrada de pessoas entre os 40 e os 69 anos, entre o meio e o final da vida profissional que constitui o saldo migratório positivo do Interior.

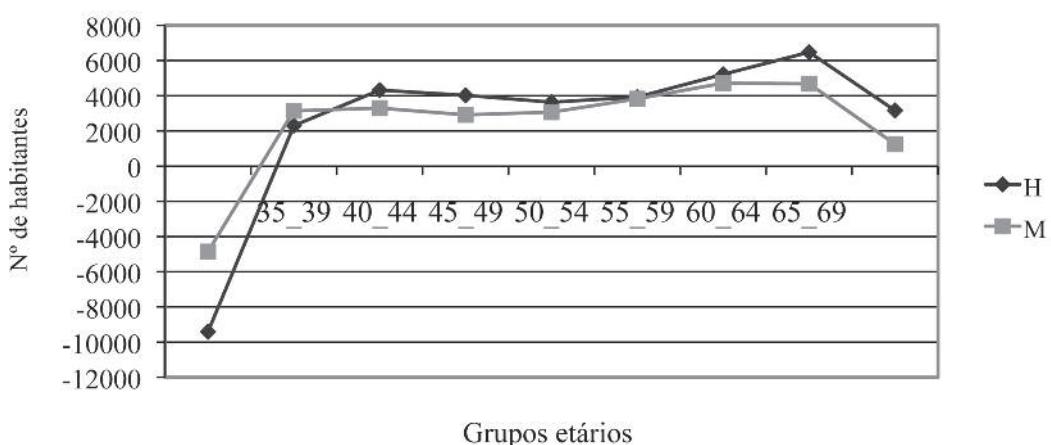
As razões que justificam este facto podem ser várias. Neste caso, não temos dados concretos que permitam saber os motivos pelos quais as pessoas migram para as zonas do Interior, consideradas, normalmente zonas deprimidas. Há, no entanto, várias hipóteses que podemos considerar:

- a) retorno de emigrantes, quer do estrangeiro quer das regiões do Litoral
- b) projectos de emigração falhados
- c) procura da qualidade de vida proporcionada pelo Interior
- d) novas formas de investimento em “zonas deprimidas”
- e) imigração vinda dos países do Leste europeu ou outros imigrantes internacionais

Relativamente ao retorno de emigrantes, esta pode ser uma causa para esta estrutura etária da migração para o Interior. Este fenómeno pode justificar, em parte, a relevância que adquirem os indivíduos que estão na segunda fase da sua vida activa nas

GRÁFICO 4

Saldo migratório por sexo e idade para o Interior dos grupos etários 35\_69



entradas nas NUTS III do Interior português. De facto, por um lado, a migração líquida positiva, como foi verificado, começa a partir dos 40 anos, sendo que Lucas (1997) concluiu que os emigrantes retornam à sua região, sobretudo, ainda durante a vida activa. Mas é na faixa etária que passa pelo processo da reforma em algum momento do período entre 1991 e 2001 que há mais entradas no Interior português. Isto é no grupo que tinha entre 55 a 59 anos em 1991 e terá mais dez anos no segundo momento censitário.

Note-se que quando é referido o retorno de emigrantes estes tanto podem ser indivíduos vindos do estrangeiro como de outras regiões do país. Pode ser o regresso dos muitos emigrantes que saíram do país na década de 60 e 70 ou os que migraram internamente, principalmente para o Litoral e em grande parte para Lisboa. Estas entradas podem corresponder ao regresso desses protagonistas desse êxodo rural de outras décadas.

Há também a possibilidade de haver, sobretudo nos grupos relativamente mais jovens, alguma entrada de pessoas cujo projecto de emigração falhou. Kauhanen e Tervo (2002), num estudo sobre migrações para zonas deprimidas da Finlândia, apontam esta possibilidade do retorno de emigrantes que não tiveram o sucesso desejado sendo que regresso à região de origem está relacionado com a proximidade de família e amigos que podem ajudar a ultrapassar dificuldades, e uma rede de contactos já conhecida para arranjar emprego (Kauhanen e Tervo, 2002).

A qualidade de vida proporcionada pelas zonas do Interior, que normalmente são menos povoadas, as amenidades paisagísticas e naturais procuradas, quer por portugueses do Litoral, quer por estrangeiros, sobretudo do Norte da Europa que se deslocam para Sul, também poderá motivar estes migrantes. São zonas com menos densidade populacional, menos ruído e menos poluição. São zonas pouco exploradas e alteradas pelo Homem.

O próprio lançamento de investimento em zonas deprimidas, não só no sector da indústria mas também através do turismo rural, do turismo agrícola, da recuperação de aldeias de xisto, entre outros, poderá ter levado à deslocação de novos investidores para essas zonas. A possibilidade de investir no Interior pode também ser um impedimento de saída de pessoas uma vez que proporciona mais empregos.

Relativamente à última hipótese considerada, Portugal teve, no final da década de 90 um surto de imigração vinda do Leste Europeu. Eram imigrantes dos vários grupos etários, em idade activa, e migraram, ao que tudo indica, não só para o Litoral mas também para o Interior, o que pode ter contribuído bastante para um saldo migratório positivo. Além destes países houve também outros fluxos significativos, como por exemplo os originários dos PLOP que poderão estar incluídos na migração.

Nos grupos etários mais avançados o saldo migratório é variável. A partir do grupo etário 80-84 há alguma saída de pessoas, das regiões do Interior, entre 1991 e 2001, ainda que pouco expressiva. Esta saída dá-se sobretudo no sexo feminino. A partir dos 90 anos, com excepção do Douro e o Pinhal Interior Sul deixa novamente de se verificar. Mendes (2007) verificou o mesmo saldo negativo nestes grupos etários, no sexo feminino para a NUT II do Alentejo. É possível que estas saídas estejam relacionadas com o facto de, a partir de certa idade, as pessoas perderem a capacidade de viverem sozinhas, mudando-se para casa dos filhos ou para equipamentos sociais localizados no Litoral. Não temos, no entanto, razão para que isto aconteça mais no sexo feminino do que no masculino.

Nos grupos etários mais jovens destacam-se duas situações. Os grupos etários 10-14 anos e 15-19 anos, em 2001, mostram um saldo migratório positivo. Atendendo a que a análise incide sobre os dez anos anteriores ao momento em que contabiliza a idade destes grupos, facilmente se conclui que são jovens que ainda acompanham os pais. Os pais destes jovens, atendendo às idades serão, provavelmente, os adultos com mais de 35 anos, na sua maioria. São os adultos que representam entradas de pessoas no Interior. Terão os adultos, que migraram ainda durante a sua vida activa, levado os filhos, ainda dependentes deles, para o Interior? Contribuindo assim para que haja migração de jovens para estas zonas? Provavelmente sim. Esta concordância de movimentos migratórios torna plausível esta justificação. A mesma concordância mantém-se quando a situação é inversa, neste caso, na região do Douro. Esta tem um saldo migratório negativo nestes grupos etários e mantém-se até aos grupos mais avançados.

GRÁFICO 5

Saldo migratório por idade e sexo dos grupos etários 70\_&gt;100

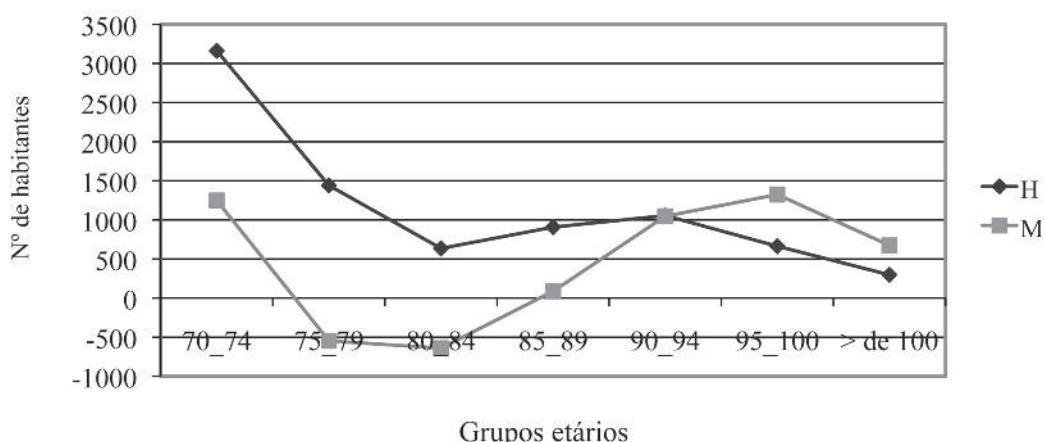
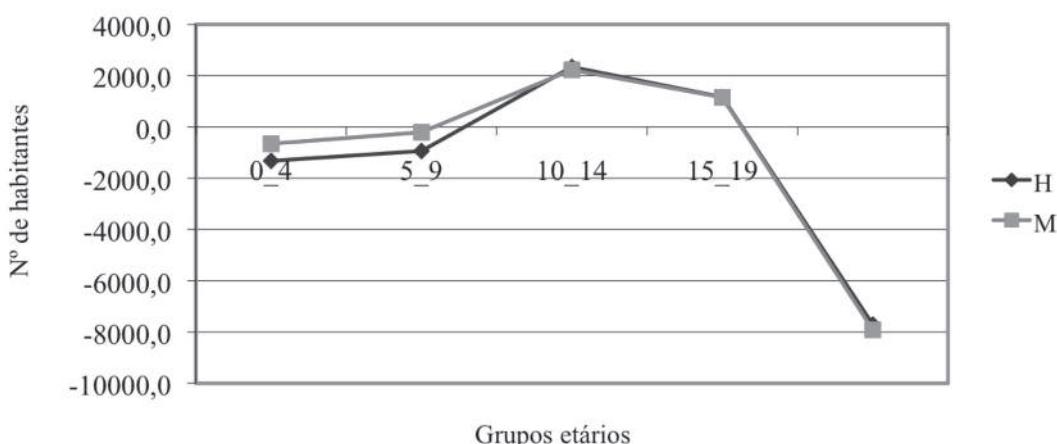


GRÁFICO 6

Saldo migratório por sexo e idade dos grupos etários 0\_19



A segunda situação refere-se aos grupos que nasceram após o primeiro momento censitário, ou seja, entre 1991 e 2001 e que terão entre 0 a 9 anos, na segunda destas datas. Nestes grupos a migração líquida é, no geral, negativa, com exceção do Pinhal Interior Sul e o Pinhal Interior Norte. Ressalte-se que, apesar de haver, nestas duas regiões, um saldo positivo este é bastante ténue. Nesta segunda situação, referente a esta estrutura etária 0-9 anos, aplica-se o mesmo raciocínio que anteriormente: novamente há coincidência entre o movimento migratório, que é de saída do Interior, destes jovens e

o movimento migratório, também de saída, dos jovens adultos que possivelmente serão os pais destas crianças. Ou seja, os grupos etários dos prováveis jovens pais destas crianças serão os grupos etários entre os 20 anos e os 34 anos. Nestes grupos também há migração líquida negativa. Há novamente uma relação linear, justificada provavelmente por "acompanhamento familiar" (Campos e Saleiro, 1994: ) São adultos jovens que saem das regiões do Interior, levando com eles, no caso em que existem, os filhos que terão entre 0 a 9 anos em 2001.

### **2.3. Implicações destes resultados para o Interior**

Falar no Interior de Portugal implica, muitas vezes, falar em desertificação. O discurso das zonas deprimidas e da desertificação do Interior, acompanhado das histórias e imagens de aldeias envelhecidas e quase abandonadas, deixa, por vezes, de fora uma análise mais cuidada do que de facto tem vindo a acontecer. Este trabalho procurou, precisamente, permitir essa análise mais aprofundada. Os resultados mostram, contra a ideia fatalista do abandono do Interior que há pessoas que escolhem ir viver para estas regiões. No conjunto, houve mais pessoas, no período que analisámos, a escolher ir para essas regiões do que escolher sair dessas regiões. Será que isto torna o discurso dos problemas demográficos do Interior um mito? Certamente não é totalmente um mito. É, no entanto, na nossa opinião, excessivo, face aos factos.

O discurso da desertificação, que é quase senso comum em Portugal, pode resultar de várias situações. Por um lado é verdade que encontramos várias aldeias com poucos habitantes e, na sua maioria, habitantes idosos; e por outro, porque, na análise ao crescimento populacional, que por regra se faz, não se desagrega o que é saldo natural e que é o saldo migratório. Em relação à primeira situação estas alterações demográficas podem dever-se apenas a um movimento de urbanização: a saída de pessoas para as cidades e zonas circundantes destas. Isto acontece tanto no Interior como no Litoral. O destaque mediático é colocado na questão da interioridade quando de facto o devia ser no abandono das zonas rurais, onde quer que estas se localizem.

Quanto à perda populacional destas regiões note-se que esta, olhando para o Interior como um todo, se deve sobretudo ao saldo natural, ao simples facto de haver mais mortes do que nascimentos. Isto leva, naturalmente, à diminuição progressiva da população. Diminuição esta não tão calamitosa como aparenta, uma vez que, segundo o saldo migratório, há pessoas a irem viver para o Interior, minimizando os efeitos do saldo natural negativo. A desagregação dos dois saldos, como este trabalho realizou é importante para esta percepção.

Além disso as zonas do Interior português não são tão deprimidas como outras zonas do interior de outros países europeus. De facto, este é sempre um conceito relativo. Olhar para a densidade populacional de outras regiões consideradas deprimidas ajuda a perceber essa relativização. A NUT III portuguesa com menor densidade populacional é o Baixo Alentejo, com 14,9 hab/km<sup>2</sup>. No entanto olhando para regiões deprimidas da Finlândia com uma densidade populacional de 4 hab/km<sup>2</sup> ou mesmo de Espanha, como é o caso de Soria, com 8,9 hab/km<sup>2</sup>, percebemos que falar de desertificação no Baixo Alentejo, a zona com menor densidade populacional em Portugal é muito relativo.

Esta reavaliação da desertificação do Interior enquanto calamidade social é a primeira implicação destes resultados.

O objectivo principal deste trabalho foi identificar quais as pessoas que migravam para estas regiões: qual o sexo e qual a sua idade. Neste sentido, verificámos que grande parte das pessoas que querem ir viver para o Interior são de idades mais avançadas, enquanto os jovens, no geral, escolhem sair destas regiões. Este perfil do saldo migratório para estas NUTS III é importante sob duas perspectivas: pelo que significa, porque é um sinal; e porque tem consequências para a estrutura da população futura.

Na primeira perspectiva, a estrutura etária do saldo migratório significa essencialmente que há qualidade de vida no Interior, ou pelo menos a qualidade de vida como ela é percebida pelos mais idosos. Normalmente são pessoas que se regem menos pela procura de aumento de rendimento e mais pela procura de sossego, menos stress, melhor qualidade ambiental, vantagens que o Interior oferece graças, sobretudo à sua baixa densidade populacional. Mas também é um sinal de que, provavelmente há escassas oportunidades de emprego no Interior. Esta escassez motiva a saída dos jovens destas regiões, uma vez que estes procuram outro tipo de qualidade de vida, esta sim, motivada pela procura de mais rendimento, possibilidades de emprego, mais divertimento, associado normalmente a locais com mais população, e mais dinamismo.

Por outro lado, analisando sob o ponto de vista das consequências da estrutura futura da população, esta composição da migração líquida do Interior português pode suscitar, até certo ponto, problemas às regiões do Interior. Note-se que, sendo sobretudo pessoas de idade avançada a entrar para estas zonas, e jovens a sair, isto reforça o envelhecimento da população das regiões Interiores. É certo que isso não é um problema em si, para uma região como é ao nível nacional (ver à frente), mas coloca vários problemas:

- É necessário adaptar os diversos equipamentos: não se justifica a construção de uma escola onde há poucas crianças, ou investimento em hospitais pediátricos ou mesmo outros onde não há população suficiente. São, também necessários mais equipamentos sociais de apoio aos idosos.

- Pode ter consequências negativas ao nível da degradação do parque habitacional: a ausência de população leva à não reabilitação de casas e outro tipo de construções que acabam por sucumbir, porque não são utilizadas.

- Agravamento do saldo natural negativo: havendo menos pessoas em idade fértil haverá menos nascimentos. Havendo menos nascimentos há menos pessoas em idade fértil. Este ciclo leva a que haja menos jovens na região e menos pessoas, no geral, caso o saldo migratório positivo não compense o saldo natural negativo, contribuindo, cumulativamente, para o declínio populacional.

- Consequências económicas negativas decorrentes do declínio populacional: a ausência de jovens, de população activa em grande número, dificulta a instalação de indústrias baseadas em economias de escala. Não havendo mão-de-obra suficiente as indústrias não se fixam, logo há pouca atracidade da região em termos de emprego, justificando a saída dos jovens. Este é um processo cumulativo que pode ser visto como prejudicial à região.

No entanto as consequências deste saldo migratório que contribui para o envelhecimento das regiões do Interior português não são tão nefastas quanto se tem proclamado. Há várias circunstâncias atenuantes que mostram o lado positivo dos resultados obtidos neste trabalho:

- Por um lado, há migração líquida para o Interior, o que significa que estas entradas atenuam, contemporaneamente, o declínio populacional e a chamada desertificação.

- A procura de serviços por parte da população que vai viver para o Interior, oferece oportunidades de investimento: independentemente da idade, estas pessoas são consumidores. Havendo consumidores pode haver investimento. O consumo e o investimento geram, por sua vez, oportunidades de emprego que podem ajudar à fixação de jovens.

- O redireccionamento dos investimentos canalizados para os mais idosos também pode gerar oportunidades de emprego para os mais jovens. Na área do turismo, por exemplo, os investimentos poderão ser direcionados para o turismo rural ou o turismo de saúde. Por exemplo, no caso de termas ou de casas de repouso afastadas de áreas poluídas. Dentro desta área o entretenimento e a cultura deverão ter em conta o envelhecimento da população. O investimento em universidades seniores, por exemplo, ilustra esta mudança de alvo.

- Note-se, também, que os recursos absorvidos pela população mais idosa, ao nível do pagamento das reformas e do redireccionamento dos investimentos públicos não são por regra suportados pela região mas pagos por todo o país. São assegurados por transferências de descontos da população activa de todo o país. Estes consumidores vão gastar, na região onde estão, dinheiro vindo de transferências de todo o país, e mesmo de outros países, que alimenta também a economia destas zonas interiores. Esta é uma diferença importante entre regiões e países. Estes últimos têm de suportar o custo de envelhecimento da sua população enquanto as regiões beneficiam das transferências dirigidas às suas populações mais idosas.

- Muitas destas pessoas que escolhem ir vivier para o Interior são também investidores. O facto de algumas voltarem ainda a meio da vida activa pode significar que haja planos de investimento.

Concluindo, há, na nossa opinião um excesso de dramatização no que diz respeito à desertificação do Interior, à sua aceleração e às suas consequências. Por um lado porque esta desertificação não está a acontecer, pelo menos com a intensidade e as características que se apregoam e por outro porque as consequências do que está de facto a acontecer não são apenas negativas. Há também uma vertente positiva.

No entanto, não se pode negar que o envelhecimento da população é uma realidade que os movimentos migratórios não compensam, antes acentuam. Esta tendência demográfica, de facto estende-se a todo o país. No entanto há uma persistência superior nas regiões do Interior, notando-se assimetrias a este nível entre o Litoral e o Interior do país (Carrilho, 2002). Este envelhecimento traz um declínio populacional que se pode tornar uma ameaça porque, num efeito de bola de neve trará outras consequências para as regiões.

De qualquer forma, as implicações destes resultados, para o Interior, podem ser tidos em conta para delinear o futuro destas regiões. Se as medidas para inverter o envelhecimento destas regiões do Interior não são bem sucedidas, como o exemplo dos incentivos á natalidade, que só resultam se de facto houver jovens que possam ter filhos, há que tomar outras medidas. Estas podem passar menos por tentar inverter a situação mas sim adaptá-las à realidade existente e tirar o melhor partido dela.

## Conclusão

Neste trabalho foi calculada, através de um método indirecto com base na equação de concordância, a migração líquida por grupos etários e sexo, para as regiões NUTS III do Interior de Portugal, no período compreendido entre 1991 e 2001. Estes cálculos demonstraram que: em oito das doze regiões que constituem o Interior português, o saldo migratório para o conjunto das idades, entre 1991 e 2001, foi positivo; a migração líquida global, ou seja, para todo o Interior foi, igualmente, positiva; este saldo migratório positivo deveu-se, essencialmente, ao movimento migratório para o Interior de pessoas com idades compreendidas entre os 40 e os 69 anos. Apesar de serem estas idades as mais relevantes para este saldo, há outros grupos etários onde

também há mais entradas do que saídas nestas regiões, nomeadamente no grupo 10-14 anos e 15 – 19 anos e em grupos acima dos 70 anos. Os jovens com idades compreendidas entre os 20 e os 35 anos, sobretudo, são os que mais contribuem para o número de saídas destas regiões, para o Litoral ou para a emigração internacional

Podemos, pois, concluir que a perda populacional nas regiões do Interior se deve sobretudo ao saldo natural, uma vez que, no que respeita ao saldo migratório, há mais migrantes a entrar do que a sair destas regiões. Ou seja, paradoxalmente, as zonas consideradas “deprimidas” e em risco de desertificação, de facto, entre 1991 e 2001, atraíram mais população do que a que repeliu.

A população que atraíram encontra-se, porém, numa fase da vida mais avançada, na qual haverá menos motivação para procurar, na decisão de migrar, oportunidades de trabalho. Este facto, e o saldo migratório negativo verificado nos grupos mais jovens, em início de vida profissional, leva-nos a concluir que não é a busca de emprego, e mais rendimento, a causa das migrações para o Interior, e sim outras razões. Essas razões, discutidas na secção anterior, podem estar relacionadas com o retorno de emigrantes; com procura de sítios menos densamente povoados capazes de proporcionar mais qualidade de vida; com oportunidades de investimento. Pode ainda dever-se à entrada de alguns migrantes internacionais, provenientes, por exemplo, dos países da Europa de Leste, ou de países africanos ou mesmo de outros locais no estrangeiro, no final do período analisado.

Estes resultados têm várias implicações para o Interior. Estas existem tanto a nível de reconhecimento das potencialidades destas regiões, uma vez que, se há pessoas a entrar é porque há potencial de atracção nelas, como ao nível do balanço de vantagens e desvantagens de um saldo migratório positivo sustentado em pessoas mais idosas. Não sendo o envelhecimento da população um problema imediato, regionalmente, este pode, porém, iniciar um processo de declínio populacional que trará efeitos nefastos para o Interior do país. Mas as implicações mais importantes têm a ver com as futuras decisões e acções para estas zonas. Por um lado há oportunidades de investimento que é

necessário reconhecer, e por outro há adaptações a fazer. O esforço de tentar inverter o processo de declínio populacional poderia ser substituído por uma aposta na adaptação de estruturas económicas e sociais, de forma a estas servirem uma população, inevitavelmente, mais idosa.

Esta adaptação passará inicialmente por perceber quais as necessidades de uma população envelhecida e quais as oportunidades que com ela surgem. Um desenvolvimento possível deste trabalho seria precisamente analisar o perfil de consumo induzido por este perfil etário da população, que será, certamente diferente do perfil de consumo de uma população mais jovem. E será que esses bens e serviços, públicos e privados, consumidos pela população mais envelhecida, poderão ser produzidos localmente de forma a promoverem oportunidades de emprego nas regiões onde está? Esta é uma discussão que poderá ser feita num trabalho futuro.

Outra via de debate interessante para estas regiões é a questão da sustentabilidade dos movimentos migratórios verificados. É certo que houve migração para o Interior, e, provavelmente ainda há, mas manter-se-á? Assumindo que uma parte considerável destes movimentos se devem a retorno de migrantes que saíram de Portugal ou apenas das regiões em causa na década de 60 e 70 esta migração de retorno esgotar-se-á. Também não podemos afirmar que haverá migração de outros países para Portugal uma vez que nada garante essa entrada de pessoas, como houve na década de noventa. Até que ponto será, nestas condições, sustentável a migração para o Interior, caso não surjam novas razões para que esta se concretize? Esta é também uma via de pesquisa que se poderá desenvolver num futuro projeto.

## References

- Campos, Pedro; Saleiro, Emilia (1994) As migrações internas na região Norte, *Estatísticas e Estudos Regionais*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística
- Casimiro, Fernando (1998), *A avaliação da qualidade nos recenseamentos da população e habitação de 2001 em Portugal*, documento apresentado no Seminário Internacional sobre Metodologias dos Recenseamentos da População, realizado em Portsmouth (R.U.) de 30 de Abril a 1 de Maio de 1998.
- Casimiro, Fernando; Paulino, Paula (2003) *Censos 2001 versus recenseamento eleitoral*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística
- Carrilho, Maria José e Gonçalves, Cristina, (2002) Dinâmicas territoriais do envelhecimento: análise exploratória dos resultados dos Censos 91 e 2001, *Revista de Estudos Demográficos*, 36, 175 - 191
- Edmonston, Barry; Michalowski, Margaret (2004) International Migration, in Siegel, J. S., Swanson David A. (eds), *The Methods and Materials of Demography*, London, Elsevier Academic Press, 455 - 492
- INE (2001) XIV Recenseamento Geral da População e IV Recenseamento Geral da Habitação, resultados definitivos, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa
- INE (1991) XIII Recenseamento Geral da População e III Recenseamento Geral da Habitação, resultados definitivos, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa
- INE (2007) Programa de Acção para os Censos 2011, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa
- Kauhanen, Merja and Hannu Tervo (2002) Who moves to depressed regions? An analysis of migration streams in Finland in the 1990's, *International regional science review*, 25, 200 – 218
- Lucas, Vasco (1997) O retorno de emigrantes. A sua relevância na Região Centro, *Cadernos Regionais*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística
- Mendes, Filomena (2007) Estrutura do saldo migratório na região Alentejo de 1991 a 2001 e sua influencia na dinâmica populacional, *Revista de Estudos Demográficos*, 42, 7 - 29
- Morrison, Peter; Bryon, Thomas M.; Swanson, David A. (2004) Internal Migration and short-distance mobility, in Siegel, J. S., Swanson David A. (eds), *The Methods and Materials of Demography*, London, Elsevier Academic Press, 493 - 521
- Nazareth, J. Manuel (1979) *O envelhecimento da população portuguesa*, Editorial Presença, Lisboa
- Nazareth, J. Manuel (2007) *Demografia e a ciência da população*, Lisboa, Fundamentos
- Peixoto, João (1998) Selectividade migratória e dinâmicas regionais: as migrações inter-regionais em Portugal nos anos 80, *Revista de Estatística*, 3º Quadrimestre de 1998, 73 - 111
- Pereira, Eduardo (2002) Principais tendências demográficas na região Norte no período intercensitário (1991-2001), *Estatísticas e Estudos Regionais*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística
- Shryock, Henry; Siegel, Jacob (eds.) (1975) *The methods and materials of demography, Vol. II*, Washington D.C., U.S. Department of Commerce